



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1002074-68.2017.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
Requerente: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A**
Requerido: **Marcos Alves Domingues**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, instituição financeira de crédito com qualificação nos autos, ajuizou **ação de busca e apreensão** em face de MARCOS ALVES DOMINGUES, igualmente qualificado nos autos, aduzindo, em síntese, haver firmado com a parte ré contrato de financiamento para aquisição de bens, garantido por alienação fiduciária, com valor de R\$ 18.100,30, valor este que deveria ser pago em 48 prestações mensais, e ante a mora quanto às prestações vencidas desde novembro de 2016, objetivou a retomada do bem descrito as fls 01, tornando definitiva a consolidação da propriedade e da sua posse plena e exclusiva.

Juntou documentos (18/25).

Foi concedida liminar de busca e apreensão (fls. 40/41), sendo cumprida às fls. 49.

Citado, o réu não apresentou defesa (certidão de fls. 51), tornando-se revel.

Esta é uma síntese do essencial.

Fundamento e decido.

Independe de produção de provas a solução da controvérsia, dada a revelia; daí o julgamento no estado em que se encontra o processo, nos termos no art. 355, II, do NCPC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Não tendo sido contestado o pedido, tem-se verdadeiros os fatos afirmados na petição inicial, decorrendo a procedência daquele.

Vale dizer, ainda, que o proponente comprovou documentalmente, com a petição inicial, a existência do contrato e o inadimplemento.

Segundo Orlando Gomes:

"Pode o credor obter a satisfação do crédito com a sentença que determina a consolidação da propriedade e legítima a venda extrajudicialmente da coisa, permitindo ao credor tornar-se proprietário pleno do bem, incorporando-o ao seu patrimônio, tal como se o adjudicasse" (in Alienação Fiduciária em Garantia.Ed.RT, 1975).

Em face do exposto, julgo procedente o pedido e, com fundamento no art.3º e §§ do Decreto-lei n.911/69, com nova redação dada pelo art. 56 da Lei nº 10.931/04, consolido a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo Novo Gol 1.0, Volkswagen, ano 2009, placa EIK6634, chassi 9BWAA05U29T186039, em mãos da autora, que desde já fica expressamente autorizada a vendê-lo a terceiros.

Condeno a parte ré por sucumbente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre valor da causa.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 27 de abril de 2017.